

# **TENSÕES SOCIAIS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: A CIDADE DE PICOS E A HABITAÇÃO DO BAIRRO PAROQUIAL PELOS POBRES DURANTE A DÉCADA DE 1970**

***Social Tensions And Production Of Meaning: Picos And The Housing For The Poor Of The Paroquial Neighborhood During The 1970's***

**José Elierson de Sousa Moura**

Universidade Federal do Piauí.

elierson@hotmail.com

**Francisco de Assis de Sousa Nascimento**

Universidade Federal do Piauí.

franciscoufpi@gmail.com

## **Resumo**

Este trabalho procura discutir historicamente o processo de criação de diferentes espaços e discursos normatizadores na cidade de Picos, localizada no estado do Piauí, durante a década de 1970, com especial atenção para a formação e habitação do Bairro Paroquial. Em Picos, desde o início da década de 70, do século passado, empreendeu-se a atuação da Igreja Católica, de representantes políticos locais e de alguns civis, para a criação de espaços para os mendicantes e outros pobres, que conseqüentemente circulavam e moravam próximos ao centro da urbe. Assim, os projetos do Governo brasileiro, em nível federal, entraram em concomitância com procedimentos locais. O trabalho tentará problematizar de que formas as práticas discursivas cooptaram os mendicantes e os pobres, para que a reorganização do espaço urbano, com o Bairro Paroquial, fosse realizada.

## **Palavras-chave**

Picos; Bairro Paroquial; Produção de sentidos

## **Abstract**

*This paper aims to discuss about the historic process of creation of different spaces and standard-setting speeches in the city of Picos, in the State of Piaui, during the 1970's and it will give special attention for the formation and occupation of Paroquial Neighborhood. Since the beginning of 70's it has seen the action of some groups such as the Catholic Church, local politicians, and some citizens with the purpose of*

*creating spaces for the beggars and other poor people who lived and circulated around downtown. Thus, the brazilian government projects came in concomitance with the local procedures. This work will try to discuss in what ways the discursive practices got the beggars and the poor together and reorganized the urban space with the Paroquial Neighborhood.*

### **Keywords**

*Picos; Paroquial Neighborhood; production of meaning*

### **As motivações históricas para a criação do Bairro Paroquial**

Durante os anos 70 do século passado, a cidade de Picos, localizada no estado do Piauí, foi alvo do Programa de Integração Nacional- PIN, proposto pelo governo da Ditadura civil-militar, que tinha como objetivo promover a integração das regiões Norte e Nordeste ao restante do país, por meio da construção de duas rodovias: a Cuiabá-Santarém, que cortaria o território brasileiro no sentido norte-sul; e a Rodovia Transamazônica, que atravessaria o país no sentido leste-oeste. O PIN foi lançado no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, que ficou na presidência do Brasil durante a temporalidade de 1969 e 1973, tendo como Ministro dos Transportes, Mário Andreazza; e como Ministro do Interior, Costa Cavalcanti. E, naquele período (que ficou conhecido como "milagre econômico") (ALVES, 2005, p. 147), a ideia era que o desenvolvimento chegaria através da construção de estradas para a região Norte, local em que se acreditava existir um grande potencial econômico. Um potencial que necessitava de mão de obra para ser efetivado, permitindo a formação de núcleos habitacionais. O Nordeste passou a ser visto como um "local de pobreza", devido à grande concentração demográfica que existia na sua espacialidade, enquanto o Norte era tido como um local de vazio demográfico.

O governo brasileiro, representado por Médici e Mário Andreazza, e, em concomitância, parte da imprensa nacional (como o jornal *Correio da Manhã*, o *Diário da Noite*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil*) passou a disseminar a sugestão de que a transferência de nordestinos para a região amazônica provocaria a diminuição da concentração demográfica do Nordeste, logo sanaria a "pobreza"; bem como serviria para explorar o potencial econômico da região Norte, propiciando crescimento econômico para o Brasil. Mas, para que isso acontecesse, era preciso que ocorresse a construção da Rodovia Transamazônica, que possibilitaria a transferência de nordestinos para o Norte e, conseqüentemente, a formação de núcleos habitacionais nas margens da Transamazônica.

Foi nesse contexto que a cidade de Picos ganhou destaque, porque ela foi considerada o “marco zero” daquela que possibilitaria a integração das regiões Norte e Nordeste: a Transamazônica. Significava que nos limites de Picos, ocorria a coadunação de duas estradas que formavam a rodovia. Uma estrada saindo de João Pessoa, no estado da Paraíba; e outra saindo da cidade de Recife, no estado do Pernambuco. Ou seja, a Transamazônica era formada pela junção da BR-232 e da BR-230<sup>1</sup> (JORNAL DO BRASIL, 1970a, p. 7). No que diz respeito à construção da Transamazônica em Picos, no momento da sua inauguração, no ano de 1973, o Coronel do Exército e então Comandante do 3º BEC em Picos, João Ferreira de Almeida, realizou um discurso explicitando as intenções dos militares em concomitância ao governo brasileiro, de incluir a cidade no Programa de Integração Nacional.

Em 31 de março daquele ano, ele realizou na Praça Félix Pacheco a entrega das suas pistas laterais da BR-316-230. Ocasão que gerou uma disputa na câmara dos vereadores, sobre a transcrição do pronunciamento que foi feito naquele dia. Para analisarmos o pronunciamento, é preciso que antes analisemos as disputas geradas entre os vereadores, durante uma sessão da câmara municipal.

Foi público haver sido realizado nesta Guarnição o programa abaixo transcrito, em comemoração ao aniversário da Revolução Democrática de 31 Mar/ 64:

- 0530- Alvorada festiva na Praça Félix Pacheco
- 0715- Dispositivo pronto do Btl na BR-316, na Av Central-Picos-PI
- 0730- Apresentação da tropa ao Cmt do Btl.
- 0735- Leitura da ordem do Dia
- 00740- Palavras do Cmt do 3º BE Cnst
- 0750- Entrega oficial à cidade das pistas laterais da BR-316 e início da Ação Cívico- Social (ACISO) [...] (REGISTRO HISTÓRICO, 1973).

A partir do trecho acima, podemos destacar algumas ideias que foram formadas acerca da inauguração da Transamazônica. A primeira diz respeito ao local em que houve a entrega das pistas laterais da BR-316-230: a Praça Félix Pacheco. Praça que se tratou de uma parte central da cidade através do discurso. Ele buscou absorver para a maior quantidade de cidadãos possíveis naquela data. Se a entrega foi feita por lá, a pretensão do 3º Batalhão de Engenharia de Construção – Batalhão Visconde da Parnaíba, foi mostrar para os habitantes da cidade de Picos que a cidade

---

<sup>1</sup>Em alguns momentos, no que se refere à cidade de Picos, a coadunação da Rodovia Transamazônica, como nos Registros Históricos presentes no 3º Batalhão de Engenharia de Construção- Batalhão Visconde da Parnaíba (3º BEC) apresentaram que a formação desta era feita pela BR-230 e pela BR-316. Ou seja, não eram consenso naquele presente da década de 1970, as BR's que formariam a Transamazônica.

estava sendo integrada, no sentido proposto pelo PIN. A segunda ideia diz respeito ao dia que foi escolhido para esse evento: 31 de março de 1973. Essa data corresponde ao dia em que ocorreu o Golpe civil-militar de 1964. Sendo assim, o dia não foi escolhido de forma aleatória. Ele foi escolhido com algum propósito. Mas para descobrirmos em que sentido aconteceu esta escolha, precisamos entrar em contato com o discurso que foi proferido.

Durante uma sessão que ocorreu na câmara dos vereadores, em junho de 1973, foi negada a solicitação que o vereador Emir Maia Martins havia feito, no desejo de que o discurso proferido pelo Coronel João de Almeida fosse transcrito em ata. A justificativa utilizada pelo vereador Emir Maia foi de que se tratava de uma homenagem feita pelo Coronel, para a "revolução de 31 de março". Os vereadores "concordaram" com a solicitação de Emir Maia, em primeiro momento, mas depois "discordaram" (CÂMARA DOS VEREADORES, 1973a, p. 184). Se o desejo do vereador foi justificado pela data em que o discurso foi feito, devemos conhecer as palavras de João de Almeida. O seu pronunciamento foi transcrito, na ata da Sessão do dia três de agosto de 1973.

Comemoramos hoje o 9º Aniversário da Revolução democrática de 31 de março de 1964. Exatamente há 9 anos o nosso país emergia das garras comunistas para trilhar os caminhos da Democracia, da Liberdade, da Paz, do Trabalho, do Progresso e de Deus. Naquele dia o glorioso Exército de Caxias levantou-se em peso apoiado pelas armas e sobretudo pelo povo brasileiro para dizer um Basta àquele governo que a passos céleres encaminhava nossa pátria para a órbita do comunista internacional. Naquele dia nos propusemos a jamais esperar suplantar os sacrifícios com milagres mas tão somente acreditar no milagre do sacrifício. (CÂMARA DOS VEREADORES, 1973).

João Ferreira de Almeida elaborou sentido para aquela data. Relatou que aquele dia o exército estava comemorando o "9º Aniversário da Revolução democrática de 31 de março". Se a sua fala se iniciou tocando nesse assunto, compreendemos que a entrega das pistas laterais da BR-316-230 visava, também, lançar uma ideia no social: o governo brasileiro estava no rumo "certo", enquanto cumpria uma de suas promessas: afastar o país do comunismo. Assim, a intenção era que a cidade cresceria com a pós-construção do trecho da Rodovia Transamazônica, evento que necessitava de um "ordenamento" para o (pretenso) crescimento que aconteceria, porque do contrário, tal empreendimento poderia ser feito de forma "desordenada".

Por causa dessa política, diferentes espaços foram criados na cidade de Picos, sendo: o loteamento "Jardim Natal", considerado por seu dono como a área mais

“Chic” da cidade; o *Abrigo Joaquim Monteiro*, criado pelo Exército brasileiro e que contou com a participação do padre Alfredo Schaffler, do Estado e de alguns civis, para que os “velhos mendicantes” fossem retirados das áreas centrais do espaço urbano; e o Bairro Paroquial, criado pela igreja católica, que a partir dos trabalhos dos padres Geraldo Martinho Gereón e Alfredo Schaffler, propiciou um ponto de ordenamento para que a “pobreza”, que já tinha sido inventada discursivamente, fosse direcionada para habitar aquele espaço, considerado com o passar dos anos, como um espaço “natural” da “classe pobre”.

Destarte, a nossa busca, durante a escrita desse texto, foi mostrar de que maneira a produção discursiva do Estado brasileiro, de alguns membros da Igreja Católica (como os dois padres já citados), do Exército brasileiro e de alguns civis, procurou dar “liga” para solidificar alguns cidadãos que viviam na cidade, durante a década de 1970, como forma de não permitir que se tornassem “líquidos” (BAUMAN, 2001, p. 8). Mas, para isso, primeiramente, analisamos de que maneira Picos figurou nos debates do *Jornal do Brasil*, com o seu desejado ordenamento pelo governo brasileiro; para depois analisarmos a execução desse processo de modernização que criou diferentes espaços na cidade, culminando com a criação e habitação do Bairro Paroquial.

### **O Jornal do Brasil e a necessidade de “ordenar” a cidade de Picos**

No ano de 1973, em reportagem intitulada *Plano urbanístico fará que Amapá e Roraima cresçam com Amazônia*, o *Jornal do Brasil* evidenciou uma das preocupações do governo brasileiro naquele período: a necessidade de criação de uma “infra-estrutura urbana” em cidades que passaram a contar com trechos da Rodovia Transamazônica, para controlar o estimado crescimento econômico e social dessas cidades.

Na reportagem, as duas primeiras cidades que passaram a receber a preocupação do governo brasileiro foram Porto Grande, no estado do Amapá; e Caracaráí, no estado de Roraima. Esse ideal de reordenamento dos espaços, também permeou Picos. Entretanto, para que conheçamos de que forma as suas produções discursivas lhe atingiram, enquanto um objeto discursivo durante a década de 1970, precisamos conhecer como ele foi esboçado para as cidades de Porto Grande e Caracaráí, porque guardadas as diferenças, existem os pontos de conexões que precisam de problematizações. Assim,

O Ministério do Interior concluiu estudos que recomendam a criação de uma infra-estrutura urbana nas cidades de Porto Grande, no Amapá, e Caracaraí, em Roraima, para evitar a desagregação de ordem econômica, social, cultural e institucional surgida com o impacto da conquista da Amazônia. As duas cidades ficam ao longo da Perimetral Norte, e para os técnicos do Ministério do Interior a necessidade de dotá-los de serviços básicos urbanos se condicionam a uma reflexão sobre as perspectivas de desenvolvimento futuro "por decorrência da grande obra de integração nacional a que estão relacionados. (JORNAL DO BRASIL, 1973).

Costa Cavalcanti preocupou-se com o crescimento das cidades que receberam trechos da Rodovia Transamazônica. Nesse caso, as duas cidades eram Porto Grande e Caracaraí. Alterar os seus espaços urbanos, de acordo com o discurso, fazia-se necessário, tendo em vista que elas estavam correndo o "perigo" de sofrerem uma "desagregação de ordem econômica", "social", "cultural" e "institucional", mediante o "impacto" causado pela "conquista da Amazônia". Ao sentido do governo brasileiro, para as duas cidades acima, não foi suficiente somente a implantação de trecho da Rodovia Transamazônica, mas também, receberem intervenções urbanísticas. Era uma maneira de produzir aceção para a política desenvolvida pelo governo brasileiro. Mas, se um discurso não pode ser lido somente pelo que pretendeu passar, faz-se necessário compreendermos de que maneira as ações políticas permitiram o fabrico do seu "efeito de verdade", quando o assunto foi "reordenar" o espaço urbano de Picos, com os mesmos sentidos que foram produzidos em semelhança, com o trecho da reportagem.

Uma das maneiras do discurso operar é pelo isolamento dos procedimentos internos e que a partir disso, as práticas discursivas, por meio das suas atividades internas de *classificação, ordenação e distribuição*, procura lançar outra dimensão, a do acontecimento e do acaso, para produzir/lançar no social o seu "efeito de verdade" (FOUCAULT, 1996, p. 20). E, por meio do trecho da reportagem, é possível conhecermos de que maneira outra dimensão do discurso trabalhou a sua maquinaria. Se o Estado brasileiro abordou que as cidades de Porto Grande e Caracaraí cresceram a partir da construção da Rodovia Transamazônica e que, por isso, diante de um crescimento, necessitaram receber uma "infra-estrutura urbana", compreendemos que a maquinaria discursiva institucionalizou as mudanças urbanas para as duas cidades, no campo do acontecimento e do acaso.

Maquinaria que apresentou o crescimento das cidades, como sendo "não esperado". Mas se o governo brasileiro, a partir da construção da Rodovia Transamazônica, que fazia parte do PIN, prometeu crescimento para a região amazônica e para o Nordeste, não esperou que as cidades de Porto Grande e

Caracarái fossem crescer? Foi nesse momento que o discurso trabalhou o crescimento das cidades enquanto acaso. Seguindo essa linha, quando o *Jornal do Brasil* foi se referir à necessidade em que a cidade de Picos teve de melhorar o seu espaço urbano, procurou justificar da mesma maneira que explicou para as cidades de Porto Grande e Caracarái, o recebimento das mudanças urbanísticas.

Na área da Transamazônica, o Ministério do Interior executou o chamado Projeto das Sete Cidades, em que dotou sete cidades ao longo daquela rodovia de serviços e infra-estrutura urbanos, empregando para isso recursos da ordem Cr\$ 15 bilhões, provenientes do PIN. As cidades beneficiadas por aquele projeto foram: Picos, no Piauí; Imperatriz, no Maranhão; Altamira, Itaituba, Marabá e Santarém, no Pará; e Humaitá, no Amazonas. (JORNAL DO BRASIL, 1973).

Os recursos para a implantação dos serviços urbanos na cidade de Picos também foram provenientes do PIN. No trecho acima, a justificativa do discurso também ficou alojada no campo do acaso e do acontecimento. Em outra reportagem intitulada *Sete cidades*, o *Jornal do Brasil* sugeriu que a implantação dos serviços urbanos ao longo das cidades que foram escolhidas para fazerem parte desse projeto, com a “exceção” de Picos, seria feito em concomitância com a participação da Igreja Católica, porque a ideia era promover uma “colonização” das áreas que receberam trechos da Transamazônica.

Diríamos que os padres intervêm com naturalidade no processo colonizador porque sempre o fizeram. Desde, rigorosamente, o primeiro momento da primeira Missa. Como a colonização do País está ainda em marcha, grandes serviços pode e deve a Igreja prestar. Mesmo porque, o plano do Governo Federal nas novas zonas que se integram é de tal magnitude que muito fica a realizar no plano do auxílio e socorro ao homem. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem já está recebendo as propostas das firmas empreiteiras que vão disputar a concorrência para a construção da gigantesca Perimetral Norte. Dentro de um mês, começarão os trabalhos nos trechos que vai de Macapá, no Amapá, até a fronteira da Colômbia – uma bagatela da ordem de 2586 quilômetros. Ao mesmo tempo, o Ministério do Interior, com recursos do Programa de Integração Nacional (Cr\$ 15 milhões) trata de fortalecer estruturalmente os centros de irradiação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. Este projeto, aliás, voltando para sete centros da Transamazônica – Picos, no Piauí, Imperatriz, no Maranhão, Marabá, Altamira, Itaituba e Santarém, no Pará, e Humaitá, no Amazonas – é conhecida no Ministério do Interior como das Sete Cidades. Que reproduza, no extremo Norte, não apenas a bela iniciativa civilizadora dos jesuítas do século XVII nos Sete Povos do Sul do Brasil, como tantas outras que assinalam a participação da Igreja na História nacional. (JORNAL DO BRASIL, 1973).

As ideias que são lançadas no social, por meio de práticas discursivas, possuem alguns níveis, como o *tempo longo*, o *tempo vivido* e o *tempo curto* (SPINK & MEDRADO, 2004, p. 51-53). No trecho anterior, o *Jornal do Brasil* iniciou falando que os padres sempre participaram do processo “colonizador” que começou a ser implantado no país, desde a primeira “Missa” que foi realizada. Como a “colonização” do país naquele período estava em “marcha”, era necessária a participação da Igreja Católica mais uma vez. Até porque, para o jornal, nas áreas que estavam se integrando, o trabalho era de tal “magnitude” que necessitava de “auxílio e socorro ao homem”. Mas a partir dos aportes que foram projetados nesse fragmento, compreendemos que outras problematizações são possíveis.

Se o *tempo longo* é aquele em que ocorre a produção e reinterpretação dos conhecimentos que possuem como saber a religião, por exemplo; e se são conhecimentos que antecedem a vida da pessoa, mas que se fizeram presentes em sua vida por meio de instituições, modelos, normas, convenções, ou seja, por meio da reprodução social, compreendemos que através desse *tempo longo*, um sujeito ou mais sujeitos que escreveram a reportagem intitulada *Sete cidades*, contou com esse dispositivo para lançar ao nível das produções discursivas, os sentidos de que, tal qual a “colonização” que foi realizada pelos “jesuítas no século XVII”, os padres, naquele presente da década de 1970, poderiam realizar novamente.

Se a análise do *tempo longo* foi possível, impreterivelmente, foi porque a Igreja Católica reproduziu tais sentidos com o passar do tempo, já que nessa mesma reportagem, o Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns disse que “Anchieta” foi como poucos, “a própria fusão do apóstolo com sua mensagem”, produzindo significados para a prática da Igreja Católica, naquele presente da década de 1970.

Outro nível de produção de sentidos articulado por Spink e Medrado foi o *tempo vivido*, uma espécie de signos linguísticos dotados de sentidos que o sujeito adquiriu, ao longo da vida, por meio dos processos de ressignificações históricas, realizados pelas atividades de socialização primária e secundária, que ocorreram no decurso da história pessoal. No entanto, com o nível do *tempo vivido*, não realizamos um processo de análise em cima do trecho que foi retirado da reportagem, pelo fato de não conhecermos o autor e, diante disso, não podermos relacionar o conceito com o limite que a empiria nos ofereceu. Já o terceiro nível, o *tempo curto*, possibilitou-nos uma análise referente à reportagem.

Tempo que nos possibilita produzir o sentido que, no nosso caso, representa o processo de criação da reportagem acima. No momento em que a publicação apresentou que desejava, naquele ano de 1973, que a Igreja Católica desenvolvesse o

seu trabalho na região Norte, da mesma forma que os jesuítas desenvolveram no século XVII, no “país”, produziu acepção a partir do *tempo vivido*. E, como elucidou a reportagem, o trabalho dos padres, “colonizando” os trechos da Rodovia Transamazônica na região Norte, não seria realizado também em Picos.

O fragmento empírico anterior tem um fundo de coerência, já que no *Projeto Sete cidades*, a Igreja Católica não participou em concomitância ao Estado brasileiro, na cidade de Picos. Mas, os serviços urbanos durante o início da década de 1970, contaram com o apoio de alguns de seus membros que, naquele período, respirando o ar do “ser moderno”, desejou criar uma Diocese, como forma daquela instituição participar do “progresso” e do “desenvolvimento” da cidade. Empreendeu a habitação do Bairro Paroquial, local em que as suas atividades foram realizadas e a criação do Abrigo Joaquim Monteiro, para destinar os “velhos mendicantes” que pediam esmolas pelas áreas centrais da *urbe*.

O desejo de criar uma Diocese em Picos também foi reflexo dos trabalhos desenvolvidos pelo bispo Dom Avelar Brandão Vilela, na cidade de Teresina, durante o período de 1956 e 1971. Ele foi diretor nacional do Movimento de Educação de Base – MEB; vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; vice-presidente e presidente do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM (ARAÚJO, 2008, p. 19). Constituiu-se em um período em que a Igreja Católica estava impulsionada pelos ventos do Concílio Vaticano II, que havia acontecido entre os anos de 1962-1965 e que repercutiu no Brasil, principalmente, após o ano de 1968, depois de realizada a II Conferência Episcopal Latino-americana, momento em que foi decidida uma aproximação entre o “povo” e a instituição, já que a perda de fiéis era uma realidade naquele período (ARAÚJO, 2008, p. 123). O Bairro Paroquial, nesse sentido, foi criado para que alguns trabalhos sociais com os moradores fossem realizados, provocando uma aproximação entre o “povo” e a Igreja Católica.

Esses trabalhos lembraram-nos a compreensão de que o “poder” é relacional, já que não parte somente do Estado, mas de outras instituições, além de se encontrar pulverizado no social (FOUCAULT, 2012, p. 14-15). Em reportagem ainda do ano de 1973, antecipando-se a votação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, que foi feita na Câmara dos Vereadores da cidade de Picos, somente em 1974, o jornal *Voz do Campus*, apresentou os objetivos do Plano Diretor que estava previsto para ser executado em Picos, por meio da reportagem intitulada *Plano Diretor Urbano*, que foi escrita com “notícias” que foram colhidas na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE, na cidade de Recife. Segundo a reportagem:

[...] O Plano de Desenvolvimento Urbano de Picos servirá, segundo linhas gerais definidas pela SUDENE, para orientar o crescimento da zona urbana da cidade, através da identificação dos principais problemas econômicos e sociais decorrentes dos fluxos migratórios que se estão deslocando para a região (VOZ DO CAMPUS, 1973).

As palavras acima possibilitam duas análises: a primeira, diz respeito às características que foram lançadas para a cidade de Picos, enquanto um espaço de “problemas econômicos e sociais”; e, a segunda, quando afirmou que esses “problemas” foram provocados pelos “fluxos migratórios”. Assim, se o *Jornal do Brasil* veiculou o sentido de que os Planos Diretores não foram planejados, lançando-os ao “acaso”, o trecho acima nos permitiu relativizar tal ideia. Por que se o Plano Diretor de Picos foi pensado em decorrência do crescimento da população, o “acaso” não justificou a criação daqueles, porque o governo brasileiro esperava esse “fluxo migratório” para as cidades que tinham recebido trechos da Rodovia Transamazônica.

O projeto que ganhou a denominação na reportagem de *Sete cidades*, do *Jornal do Brasil*, como forma de “fortalecer estruturalmente” a cidade, foi planejado pelo Estado brasileiro que, na nossa definição, abrange as três esferas: federal, estadual e municipal, com a denominação de *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*. Projeto que portava uma característica que Maria Stella Bresciani chamou de “olhar que divide e agrupa”, em *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, quando analisou a modernidade, durante o século XIX, nas cidades de Londres e Paris (BRESCIANI, 1982, p. 8).

As produções discursivas que inventaram o Bairro Jardim Natal, o Abrigo Joaquim Monteiro e o Bairro Paroquial e, conseqüentemente, inventaram os “velhos mendicantes”, os “pedintes” e os “pobres”, ou seja, a identificação do “entulho do passado” que sobrecarregava o processo de “reordenamento econômico e social” de Picos mereceu uma análise mais profunda, principalmente porque a definição de tempo, dentro dessas produções discursivas, estava bem definida entre passado, presente e futuro. Sabemos que o tempo histórico não é dividido de tal forma, senão nas produções discursivas, porque os sujeitos que viveram um mesmo período não são contemporâneos uns dos outros, já que se representam/representaram de diversas maneiras (CORBIN, 2005, p. 17).

### **Jardim Natal: o loteamento mais “Chic” da cidade**

Se a premissa para que um corpo escrito surja é a possibilidade de ser lido enquanto um texto (CERTEAU, 2011, p. 11), a cidade de Picos da década de 1970,

que recebeu as acepções de um reordenamento urbano, permitiu-nos pensar de que modo algumas palavras foram lançadas em sua direção, a partir das produções discursivas que foram produzidas/lançadas para o seu social, porque a cidade-escrita não deve ser lida somente enquanto um texto, pelas produções discursivas (documentos, inventários ou ordens) que foram produzidas em seu contexto, mas também, pela sua arquitetura, ou seja, a sua materialidade (ROLNIK, p. 2004, p. 16-17).

Pensar o espaço urbano de Picos, dessa forma, tornou-se possível, porque ao longo da década de 1990, o espaço urbano deixou de ser compreendido apenas como o *locus* privilegiado de produção do capital, para ser também um problema, um objeto de reflexão que, por meio das diversas maneiras que os atores sociais representaram o viver em cidades ao longo do tempo, permitiu aos historiadores trabalhar com os múltiplos significados que foram produzidos, levando em conta a experiência dos cidadãos (PESAVENTO, 2007, p. 13). E, na medida em que algumas alterações urbanas foram empreendidas em Picos, durante os anos 70 do século passado, a cidade entendida enquanto um texto permitiu-nos compreender os sentidos que circularam no seu social à medida que o Bairro Jardim Natal, o Abrigo Joaquim Monteiro e o Bairro Paroquial foram criados.

Em 1976, em reportagem intitulada *Jardim Natal*, o jornal *Macambira*, que também pertencia ao Projeto Rondon e era ainda composto por universitários e professores da Universidade Federal de Goiás, relatou sobre a criação de um loteamento em Picos. A reportagem apresentou que naquele período, o "Sr. Ozildo Amancio Pereira" lançou o loteamento intitulado "Jardim Natal". Prometeu que aquele espaço seria a área mais "Chic" da cidade, já que teria uma "seleção rigorosa" dos seus habitantes. De forma implícita, Ozildo Pereira esboçou que existia um perfil de cidadão que não seria aceito dentro do seu loteamento (MACAMBIRA, 1976a, p. 9). Selecionar moradores da cidade para morarem em espaços que chamamos de *sólidos*, porque eles foram pensados senão para sempre, mas ao menos para durarem por muito tempo, era uma prática que permeava as instâncias de poder institucionalizadas desde o início da década de 1970 (BAUMAN, 2001, p. 15). Pensar um perfil de habitantes para áreas específicas, naquele período, foi algo corriqueiro, diante do ideal de "ser moderno" que envolvia a cidade.

Se o poder não existe enquanto instância que esteja presa a um lugar (o Estado), mas enquanto uma prática a que ninguém escapa, compreendemos que a cidade de Picos recebeu os trabalhos da Igreja Católica e do Exército brasileiro, enquanto instâncias de saber, que tinham como função a participação no

reordenamento do espaço urbano. Mas, antes de compreendermos a criação do Abrigo Joaquim Monteiro, local em que alguns “velhos” e “pedintes” da cidade de Picos foram despejados, faz-se necessário uma compreensão da inserção da Igreja Católica, dentro desse ideal do “ser moderno”, já a partir do ano de 1970.

### **Mais presente no “progresso”: a Igreja Católica e o ideal do “ser moderno”**

Em 1973, o jornal *Voz do Campus* abordou sobre uma fala do Bispo da Diocese de Oeiras, na época, “Dom Frei Edilberto Dinkelborg”, que expressou sobre a necessidade que a cidade de Picos tinha de sediar uma Diocese. Necessidade que era vista, segundo ele, desde o ano de 1968 e, mais fortemente, a partir do ano de 1971, porque somente Oeiras não dava conta de cobrir todo o estado do Piauí, que contava com quarenta municípios. Relatou ainda, de que forma o “povo de Picos” deveria estar consciente para desempenhar o seu “papel”, contribuindo para a criação da Diocese na cidade. A partir de sua fala, o “povo” deveria estar consciente “espiritualmente” e “materialmente”, para receber um “Bispado” (VOZ DO CAMPUS, 1973a, p. 8).

Percebemos que os ideais difundidos pela Igreja Católica, projetando-se no processo de “modernização” da cidade de Picos, impreterivelmente, atravessaram a sua forma de se fazer “moderna”, com a criação de uma Diocese, pelo menos era o desejo que permeava o imaginário de alguns dos seus membros, desde o ano de 1968, com especial desabrochar, no ano de 1971, justamente o ano em que a cidade de Picos passou a receber migrantes, por conta da instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção- 3º BEC<sup>2</sup>. Envoltos por esse desejo, os representantes católicos participaram da criação do Abrigo Joaquim Monteiro e do Bairro Paroquial, revelando-se desde o início da década de 1970, como um ponto de trabalho para o desenvolvimento de suas atividades.

Em entrevista ao jornalista Geraldo P. do Nascimento, do jornal *Voz do Campus*, o padre Alfredo Schaffler deixou, de forma explícita, os interesses da instituição em que ele era membro, na busca de criar uma Diocese; e, ao mesmo tempo lançou significados para o abrigo Joaquim Monteiro. É preciso que conheçamos, assim, a pergunta do jornalista Geraldo P. do Nascimento, para depois compreendermos a resposta que foi dada por Alfredo Schaffler.

---

<sup>2</sup>O 3º Batalhão de Engenharia de Construção- Batalhão Visconde da Parnaíba, foi transferido para a cidade de Picos entre os anos de 1970 e 1971, para que fossem realizadas em Picos e em cidades vizinhas do estado do Maranhão, por exemplo, a construção de trechos da Rodovia Transamazônica. Anterior a sua transferência para Picos, o 3º BEC estava instalado na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

\* PADRE ALFREDO, O SENHOR É OTIMISTA QUANTO A POSSIBILIDADE DE PICOS TORNAR-SE SEDE DE UMA DIOCESE DO MUNICÍPIO? E QUANDO?

- Sou otimista e espero que daqui a um ano o assunto já tenha tornado-se realidade. Diante do desenvolvimento da nossa cidade, criada uma diocese, a Igreja pode tornar-se mais presente no progresso. (VOZ DO CAMPUS, 1973).

Por meio das palavras que foram lançadas pelo padre Alfredo Schaffler, percebemos que diante desse ideal de “progresso” e “desenvolvimento”, naquele período, a Igreja Católica tentou inserir o seu ofício dentro desses meandros, já que as suas palavras utilizadas foram “desenvolvimento” e “progresso”. Em trecho de entrevista que Alfredo Schaffler nos concedeu, ele disse que chegou à cidade de Picos no ano de 1970, para ajudar nos trabalhos da Diocese da cidade de Oeiras, que estava sobrecarregada, confirmando os esforços que a Igreja Católica estava somando para a criação de uma Diocese (SCHAFFLER, 2013). Geraldo P. do Nascimento questionou ainda, como estavam os trabalhos no “albergue” “Joaquim Monteiro”, mas Alfredo Schaffler dirigiu a resposta para a “Associação Beneficente João XXIII”.

### **A Associação Beneficente João XXIII e as aceções que foram lançados para a criação do Abrigo Joaquim Monteiro**

Para que ocorresse a fundação do Abrigo Joaquim Monteiro, uma associação foi criada. Mas quais intenções para a criação desse abrigo merecem problematizações? Quem formava a Associação Beneficente João XXIII? Talvez pelo conhecimento dos seus membros, as intenções de sua criação fossem reveladas. A preocupação de Alfredo Schaffler com os “pedintes” que viviam em frente às igrejas apareceu em outro trecho da entrevista que ele concedeu ao jornalista. Na reportagem, Geraldo P. do Nascimento questionou se Alfredo Schaffler, acreditava que poderia acabar com o “drama esquisito” dos “pedintes” nos patamares das igrejas. A resposta do então padre foi de que esperava acabar com esse “drama”, mas só com a ajuda do povo. E por meio de entrevista que nos concedeu, Alfredo Schaffler revelou quem foram os sujeitos de Picos que, naquela temporalidade, ajudaram-no a construir o Abrigo Joaquim Monteiro, na empreitada de retirar os “pedintes” dos patamares das igrejas.

[...] Foi no tempo da Ditadura, né? Agora, naquele tempo não tinha fundo rural, não tinha aposentadoria para os velhos. Então sempre na missa de nove as pessoas, idosos, velhos, que não tinham mais familiares, 40, 70, 80, pessoas, ficavam sentadas no patamar, e pedindo esmolas. E as pessoas de bem da cidade, eles distribuíram uma cestas, pessoas que tinha uma certa posse, para cada uma ia um pouco, né? E isso foi a única forma que eles escaparam. Quando uma vez passou em 72, o Alberto Silva, com a dona

Floriza, que foi governador, aí eles ficaram impressionados com essa situação. Aí a dona Floriza falou: "mas porque não se pensou em fazer um abrigo para estas pessoas". Eu disse: "eu também já pensei nisso, eu tinha conversado com algumas pessoas, mas um tempo atrás uma pessoa começou a falar e recolher dinheiro e sumiu, então ficou desacreditado". Mas eu me sentei depois com outro, o doutor Tadeu Maia, recém formado, o doutor Sigifredo, um dentista, que foi professor também, ainda no segundo grau com a dona Zizi, a dona Gracinha do finado João de Deus, que eles tiveram uma loja lá na avenida, a dona... Esposa do Zé Martins, dona Filomena, e o comandante era João de Almeida com a dona Regina [...] (SCHAFFLER, 2013).

Por meio das palavras de Alfredo Schaffler, duas possibilidades de análise são possíveis. A primeira diz respeito à maneira que a política empreendida durante o mandato do Governador Alberto Silva, com o seu ideal de "limpeza" da cidade de Teresina, também chegou à cidade de Picos. Na capital do estado do Piauí, durante a década de 1970, principalmente na sua primeira metade, o ideal de "limpeza e embelezamento do perímetro urbano", provocou a expulsão dos pobres que viviam em favelas próximas ao centro da cidade de Teresina, para áreas mais afastadas, permitindo a abertura de ruas e avenidas. Era uma "febre modernizadora", como forma de "desconstruir" a imagem de cidade empobrecida que foi disseminada pela imprensa nacional (ALMEIDA, 2011, p. 16). Alberto Silva prometia transformar a capital do estado em um centro de atração turística, para que ficasse conhecida como a "mais bela capital do Nordeste", após várias intervenções arquitetônicas (NASCIMENTO, 2012, p. 13).

A partir de alguns recortes de jornais que foram apresentados aqui, com destaque para o *Jornal do Brasil*, a cidade de Picos também figurou como um "local de pobreza". Se o governador, juntamente com a sua esposa Floriza, viu "idosos e velhos que não tinham mais família" sentados nos patamares das igrejas pedindo esmolas, manifestaram que a cidade de Picos necessitava de um abrigo. Em outras palavras, a sua preocupação era com a visibilidade dos "mendicantes" no centro de Picos. Se a realização da leitura de uma cidade enquanto um "corpo escrito" é possível, por consequência, a nossa análise permitiu a compreensão de que os desejos de Alberto Silva e de sua esposa Floriza era de criar um local em que os "pobres" que pediam esmolas nas calçadas das igrejas não pudessem ficar a mostra.

Eles entenderam a cidade de Picos enquanto um "corpo" que não podia deixar a sua parte "podre", "defeituosa" ou "doente" na visibilidade, porque se a cidade estava se "desenvolvendo" a partir da construção da Rodovia Transamazônica, os "pedintes" não podiam aparecer. Era uma espécie de "higienização" de alguns espaços. E se o *espaço* representa a liberdade de uma cidade (o movimento),

enquanto que o *lugar* representa a segurança (a pausa), com a criação do Abrigo Joaquim Monteiro, os pedintes que foram inventados discursivamente, para serem instalados por lá, não possuíam acesso ao espaço, já que sofreram a possibilidade de serem retirados dos patamares das igrejas, não tendo a liberdade para permanecerem naqueles locais. Talvez o governador Alberto Silva achasse que os pedintes deixariam a cidade "menos bonita". Os "velhos" ou "idosos" também não tinham acesso ao lugar, porque se este representa a familiaridade ou valor, em um primeiro momento, esses sujeitos não tinham familiaridade com o abrigo que foi criado (TUAN, 1983, p. 6).

Assim, compreendemos que o sentido do governador, de propor a criação de um espaço destinado somente para os "pedintes", com a criação do abrigo, trabalhou a maneira que os *sólidos* realizam as suas atividades. E, um processo que busca a modernização não trabalha para acabar com os *sólidos*, mas para substituir os *sólidos* defeituosos por *sólidos* livres de problemas, sendo "novos e aperfeiçoados". A ideia do processo de modernização é superar um ranço antigo que, nesse caso, era formado pelos "pobres" que pediam esmolas nas calçadas das igrejas, para que isso não acontecesse mais. Só que, ao mesmo tempo, a ideia era que eles não circulassem por outros locais de Picos. Ou seja, a ideia era não permitir que a "pobreza" penetrasse e circulasse em determinados espaços (BAUMAN, 2001, p. 10). E, a segunda análise que podemos fazer, diz respeito às pessoas que ajudaram a igreja a retirar os velhos e idosos pedintes de áreas centrais da cidade.

De acordo com a fala de Alfredo Schaffler, o período era da "Ditadura Militar" e por não existir "fundo rural" ou "aposentadoria", cerca de "40, 70 ou 80", "velhos" e "idosos" ficavam pedindo esmolas em frente às igrejas. Revelou ainda, que já tinha pensado na construção de um abrigo para colocar esses pedintes e que tinha destinado uma "pessoa" para juntar dinheiro para essa construção, mas essa "pessoa", que ele não revelou o nome durante a entrevista, "sumiu" com o dinheiro. Então, procurou depois disso: "Tadeu Maia"; "Sigifredo", que era odontólogo; "Gracinha do finado João de Deus", que tinham uma loja na cidade; e "João de Almeida" e a "dona Regina", que eram o comandante do 3º BEC e a sua esposa, respectivamente. Ou seja, eram civis ou membros do Exército brasileiro. Assim, em Picos, a partir da fala de Alfredo Schaffler, percebemos uma coalizão entre o Exército brasileiro, representado pelo Comandante do 3º BEC naquele período, João Ferreira de Almeida e alguns civis, representados por "Tadeu Maia"; "Sigifredo", que era odontólogo; e "Gracinha do finado João de Deus", que tinham uma loja na cidade.

Assim, se para Carlos Fico, o pensamento de René Armand Dreifuss, um brasilianista, foi coerente quando apresentou o Golpe civil-militar de 1964, enquanto

uma coalizão entre militares da Escola Superior de Guerra e empresários, denominado de "movimento civil-militar" (FICO, 2004, p. 51); e, se para Maria Helena Moreira Alves, a Escola Superior de Guerra comandava as ações de conspiradores civis e militares, através do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ações Democráticas) (ALVES, 2005, p. 24-25), em Picos, no início da década de 1970, ou seja, vários anos após o Golpe civil-militar, existiu uma coalizão entre civis e militares, já que os desejos se voltaram para a construção do Abrigo Joaquim Monteiro, que tinha como objetivo retirar "velhos", "idosos" e "pedintes" das ruas centrais. Um desejo que partiu também do governo estadual, representado por Alberto Silva. A fala de Alfredo Schaffler, a respeito da criação do abrigo Joaquim Monteiro, seguiu produzindo significados:

[...] A dona Regina era uma pessoa muito sensível e eu conversei com ela e formamos uma associação beneficente, ao qual me fuge o nome, mas está escrito lá no abrigo ainda, de um senhor que deu um terreno. Uma pessoa assim de posse, um rapaz velho. E aí começamos a organizar a construção do abrigo. Fizemos duas vaquejadas, que naquele tempo era uma novidade, porque num se conhecia, nunca se ouvia falar. Eu tinha uma Toyota velha, de 64, que comprei do Jussié, com cadeira de espaguete lá dentro, lona já muito rasgado pelos cabos no interior. E com grupo de jovens e lá onde tem hoje parece o Campus Avançado, a Universidade, não sei, montamos esta vaquejada. Eu fiquei lá de fiscal, só recebendo dinheiro e jogando dentro do carro. Tanto de gente que veio dos quatro cantos ali, com jovens, etc. E o exército, com João de Almeida que era o comandante, ele organizava. E a dona Regina fazia danças, comidas, etc. Eu só sei que com o dinheiro de duas vaquejadas e uma festa de São João que a Cel. Francisco Santos nós fechamos de uma ponta a outra [...] Eu só sei que com esses três eventos, construímos esse abrigo que ainda hoje estar funcionando [...] (SCHAFFLER, 2013).

De acordo com Alfredo Schaffler, ele conversou com a "dona Regina", que era a esposa do então Comandante do 3º BEC, João Ferreira de Almeida. A partir dessa conversa, tiveram a ideia de montar a Associação Beneficente João XXIII que, no momento da entrevista, ele não recordara o nome e, em seguida, os dois organizaram uma vaquejada, que não era realizada com grande frequência em Picos, segundo as suas palavras, momento em que eles conseguiram "muito dinheiro" para a construção do abrigo.

Não somente o Exército Brasileiro e a Igreja Católica participaram da criação desse abrigo. Envoltos pelo ideal de modernização da cidade, no ano de 1972, a Câmara dos Vereadores, mediante *Projeto de Lei de nº18*, reconheceu como de "utilidade pública" a Associação Beneficente João XXIII. E conhecer as justificativas

que foram lançadas para esse reconhecimento ajuda-nos a compreender qual era a importância desse abrigo para o ideal de “modernização” de Picos e, conseqüentemente, do afastamento dos “velhos” e “pedintes”, das igrejas.

Art. 1º Fica Reconhecida como de Utilidade Pública municipal a Associação Beneficente João XXIII, Sociedade Beneficente com sede nesta cidade e que tem por finalidade dar amparo aos velhos pobres e desvalidos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios; (CÂMARA DOS VEREADORES, 1972a, p. 2).

A proposta de reconhecimento de utilidade pública, para a Associação Beneficente João XXIII, foi lançada pelo vereador Valdemar Rodrigues de Sousa Martins. A justificativa girou em torno da finalidade que a instituição tinha, segundo o trecho do projeto de lei, já que esta amparava os “velhos pobres e desvalidos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios”. Uma das formas do discurso trabalhar a sua maquinaria trata-se da construção de seu “efeito de verdade”, procurando deixar à mostra uma face positiva, sendo o caso do fragmento anterior. Por isso, a leitura do fragmento leva-nos, sem um aprofundamento maior do contexto que estamos manuseando, a desejar e admirar a positividade do trecho para com a associação e as suas ações, tendo em vista que o trecho prometeu “amparar” os “velhos pobres e desvalidos”, naquele período da década de 1970. No entanto, o discurso pode trazer consigo a sua problematização. Em trecho da justificativa para o *Projeto de Lei de nº18*, a outra face desse discurso que foi lançado pelo vereador Valdemar Rodrigues, apareceu permitindo-nos uma compreensão.

[...] É do conhecimento de todos a criação recente neste município de uma sociedade de caráter beneficente, a Associação Beneficente João XXIII, com a finalidade de amparar os velhos pobres e desvalidos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. Para tanto, esta Associação está construindo e manterá sob sua responsabilidade, no próspero bairro do Junco, em frente à Sede do 3º B.E.Const. o Abrigo Joaquim Monteiro de Carvalho (CÂMARA DOS VEREADORES, 1972).

As palavras acima apresentaram como função da Associação Beneficente João XXIII, “amparar os velhos pobres e desvalidos” mas, agora, esses sujeitos já pertenciam à “Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios”. Já era uma associação que estava ligada aos serviços da Igreja Católica. A ideia era “identificar” a “pobreza” discursivamente e afastar esses “velhos pobres e desvalidos” do centro da cidade, tendo em vista que o local em que o abrigo foi construído, no ano de 1972, estava apenas com um ano que fazia parte da área urbana de Picos, ou seja, em frente à

sede do 3º BEC. Processo semelhante aconteceu na cidade de Teresina, durante a década de 1970, quando os “pobres urbanos” foram afastados para áreas mais afastadas (LIMA, 2012, p. 21). O que acontecia em Picos estava conectado com os eventos que se desenrolavam na cidade de Teresina.

Assim, se o discurso presente no *Projeto de Lei de nº18* reconheceu como de “utilidade pública” o serviço da associação, em grande medida deveu-se ao fato de conectar as suas noções com a política que tomou conta da cidade, a partir da instalação do 3º BEC e da construção do trecho da Rodovia Transamazônica. A cidade de Picos, a partir disso, buscou se tornar “moderna”. Para isso, a “pobreza” tinha que ser excluída desse ideal de modernização e embelezamento do espaço urbano. Outra análise que podemos fazer é com respeito aos motivos para que esse discurso da associação, que pertencia à Igreja Católica, fosse disseminado na Câmara dos Vereadores. Aconteceu, assim, porque os discursos, na maior parte do tempo, estão se conectando, para garantir a reprodução dos sentidos e, por conseguinte, os efeitos de verdade que pretendem reproduzir/lançar no social (FOUCAULT, 1996, p. 42).

Seguindo esse ideal de se modernizar que a Igreja Católica tinha e que, segundo as palavras do então padre Alfredo Schaffler, na década de 1970, em reportagem do jornal *Voz do Campus*, que vimos em páginas anteriores, buscava a sua inserção nos trabalhos do “progresso” e do “desenvolvimento”, por meio dos padres Henrique Geraldo Martinho Gereón e Alfredo Schaffler, a Igreja Católica possibilitou a construção do Bairro Paroquial, no início da década de 1970 e a sua habitação pelos “pobres” e “flagelados”, ao longo da referida década.

Então, a pergunta que suscitamos é a seguinte: o que levou a Igreja Católica a lançar seus olhares para o Bairro Paroquial, já que os terrenos eram doados aos cidadãos porque o padre Henrique Gereón comprou o terreno, no início da década de 1970? A partir de agora, a escrita desse texto é uma tentativa de responder esse questionamento. Para isso, tornou-se necessário acompanharmos a criação do Bairro Paroquial e a sua habitação, por volta do ano de 1973, por “pobres” e “flagelados”, que receberam as doações de terrenos.

### **O espaço dos “pobres”: a criação e habitação do bairro Paroquial na cidade de Picos**

Para pensarmos a construção do Bairro Paroquial e a sua habitação, lançamos mão de um pensamento de Michel Foucault, para quem uma das formas dos discursos trabalharem a sua maquinaria é através de *similitudes* (FOUCAULT, 1999, p. 25). Uma das similitudes que ele discute na sua obra é a *convenientia*, que é ligada ao espaço,

na sua forma de “aproximação gradativa”. O pensamento é de que as coisas pertencem menos umas às outras do que o espaço onde se encontram.

A finalidade de construção do Bairro Paroquial, pelos então padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler, trabalhou por meio dessa semelhança, tendo em vista que as pessoas que foram destinadas para morarem no Paroquial eram consideradas pessoas “pobres”. Para compreendermos os sentidos que foram lançados para essa construção, vejamos algumas palavras que foram proferidas por Alfredo Schaffler, tendo como tema a criação do Paroquial e os trabalhos que foram desenvolvidos por lá, pela Igreja Católica.

O bairro Paroquial foi criado, porque na Tresidela, quando chegou o rio, que num tinha aquele canal, que foi depois construído, o pessoal perdia tudo. O pobre que já tem pouco e perdendo tudo, não tem mais nada. Então, para tirar essas pessoas da Tresidela, colocamos lá, para que estas pessoas não sofressem mais, com as enchentes. E foi acertado com a prefeitura, no tempo do Oscar, que ninguém ia construir lá. Inicialmente isso foi respeitado, mas mais tarde começou de novo a construir lá. Então isso foi... Isso era uma roça. Era uma roça e eu não me lembro mais quantos hectares. Então era relativamente grande né? Mas a cidade, vocês tentem olhar, terminava lá. Lá não tinha mais cidade. A cidade praticamente nos correios terminava. Lá onde tem aquele posto a casa do Zé Carlos e depois a casa de saúde do Oscar, já ficou praticamente no fim da cidade. Compreendeu no fim da cidade, né? A cidade terminava lá, né? Então nós construímos lá porque o Geraldo conseguiu esse terreno com o dinheiro que veio dos parentes dele, que comprou e saiu e a gente distribuiu entre as pessoas que vieram prejudicadas pela enchente. Eu acho que serviu para muita gente lá (SCHAFFLER, 2013).

As palavras que foram mencionadas acima, sobre a criação do Bairro Paroquial, processo ao qual participou Alfredo Schaffler, no início da década de 1970, lançaram sentidos para os “pobres” que viviam na Tresidela. De acordo com a sua fala, a criação do bairro esteve, em grande medida, ligada às relações que os moradores da Tresidela tinham com o Rio Guaribas<sup>3</sup> que, vez ou outra, transbordava e, por isso, povoava o imaginário dos moradores da cidade. E, que diante dos transbordamentos, o “pobre” que já tinha pouco, diante daquela situação, perdia tudo o que tinha. Assim, algumas pessoas da Tresidela foram retiradas e “colocadas” no Bairro Paroquial, ficando “acertado” que as pessoas não voltariam mais a construir às margens do Rio Guaribas, mas alguns cidadãos voltaram a construir por lá.

Aconteceu dessa forma, segundo o bispo Alfredo Schaffler, durante o mandato do prefeito Oscar Neiva Eulálio, que ganhou as eleições de 1966 pelo partido MDB e

---

<sup>3</sup>O Rio Guaribas, durante a primeira metade da década de 1970, ainda, vez ou outra, espalhava medo pela cidade de Picos, obrigando os cidadãos que tinham as suas vidas ameaçadas a deixarem as suas casas. Durante a década de 1960, esse medo também foi forte, principalmente com a enchente de 1960.

que governou de 1967 a 1970 (OLIVEIRA, 2012, p. 34). Em um "Livro Reportagem" intitulado *No Transbordar do Rio*, as jornalistas Ana Paula Santos Moura e Maria de Sousa Santana, esse período de criação do Bairro Paroquial foi abordado, sendo o tema principal do livro. De acordo com as autoras, um "Livro Reportagem" tem como finalidade se apoderar de meios que são utilizados pelo ofício de um historiador e de um literato, tendo em vista que "não é ficção", já que "todos" os fatos foram "cuidadosamente apurados" mas, ao mesmo tempo, possui como uma de suas características as "histórias romanceadas" (MOURA & SANTANA, 2010, p. 11), ou seja, procura desenvolver um tema que é caro à produção historiográfica: a busca pela "verdade" dos eventos históricos. O livro aborda também sobre a enchente de 1969 e a posterior criação do Bairro Paroquial, através da compra do terreno, que foi feita pelo então Henrique Gereón, por meio de dinheiro que ele conseguiu com pessoas da Alemanha, como relatou Alfredo Schaffler, na entrevista que nos concedeu. À medida que vai abordando sobre os trabalhos dos padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler, Ana Paula e Maria Santana romancearam esse processo, subjetivando o discurso da pobreza, já que entrevistaram os dois sujeitos que conduziram o processo de criação do bairro.

Como um instrumento, Deus o fez sacerdote e o envia ao Piauí. Seu espírito caridoso e prático faz o padre alemão incorporar a cultura e os problemas locais; não é piauiense nato, mas compreende as aflições do sertanejo, se identifica com os pobres e pequenos, sofre as suas dores [...] (MOURA & SANTANA, 2010, p. 11).

Com base nesse pensamento, percebemos que as autoras incorporaram o discurso da Igreja Católica que acolheu os "pobres" durante aquele início de década, já que a compra do terreno que deu início à habitação do Paroquial, só aconteceu no ano de 1970. Uma das propostas de Durval Muniz serve-nos para a problematização dos sentidos que foram lançados pelas autoras, para as pessoas que viviam às margens do Rio Guaribas. Durval Muniz, na sua escrita, apresentou que os "nordestinos" não seriam "vitimizados" mas, ao contrário, seriam "implodidos" enquanto uma invenção. Abordaria também, de que maneira, por meio das referências sociais, os "nordestinos" foram partícipes desse processo de invenção da sua identidade, na medida em que subjetivaram os limites de serem "nordestinos" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 16).

A subjetivação do discurso da pobreza feita por Ana Paula e Maria Santana mereceu ser analisada tendo como base o pensamento de Durval Muniz, porque elas

levaram as discussões acerca da criação do Paroquial para uma dimensão vazia. Porque, se os padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler possibilitaram a reunião somente de “pobres” no espaço que criaram, mesmo não sendo de forma intencional, uma pequena seleção dos sujeitos que morariam por lá foi feita. Se houve a busca de um perfil foi porque um modelo de morador para o bairro foi criado. Outro que lançou sentido para a criação desse bairro foi Cícero Bento da Silva, que é pedreiro e morador daquele local:

Aqui ficou gente de vários bairros. Aqui veio gente daqui morar aqui, veio gente da Tresidela, que era o local mais necessário, que o padre Geraldo comprou isso aqui mais pro pessoal lá do rio que se preocupava muito com o pessoal, e veio gente da Rua da Malva, gente do Morro da Mariana, e veio gente também de fora, que num tinha onde morar e foi se localizando aqui. Aqui é estaturado com várias pessoas, de vários lugares, num é só de um lugar só não (SILVA, 2013).

A partir de Cícero Bento, algumas informações diferem das que foram apresentadas pelo bispo Alfredo Schaffler, que analisamos anteriormente. Cícero Bento relatou que no Bairro Paroquial não foram morar somente as pessoas que sofreram com as enchentes na Tresidela, mas pessoas também da “Rua da Malva”, do “Morro da Mariana” e pessoas que eram de fora e não tinham onde morar. Por meio dessa informação, percebemos que o conceito de *convenientia* ajuda-nos na compreensão dos discursos que lançaram seus sentidos para as pessoas que foram morar naquele espaço. Se a escolha era feita com base na “pobreza”, já que pessoas de diferentes locais foram morar naquele espaço, por meio da doação de terrenos, os padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler construíram um perfil para as pessoas que foram habitar o bairro.

Esse perfil foi feito com base no agrupamento de pessoas de diferentes locais, alojando-os em um espaço por serem semelhantes pela “pobreza”. Durante a entrevista acima, Cícero Bento lançou sentido para os “criadores” do Bairro Paroquial. Afirmou que o “fundador” do bairro foi o pai dele, “Francisco Bento da Silva”, já que foi o “primeiro morador”. Disse mais, “quem fundou esse bairro foi a gente, foi nós mesmos”, referindo-se aos moradores. A compreensão para a ruptura de sentidos que foi empreendida por Cícero Bento, em entrevista que nos concedeu, aconteceu de maneira mais fluida.

Existe uma reprodução social da linguagem que direciona os sentidos de acordo com a movimentação da linguagem, buscando uma reprodução. No entanto, no cotidiano, os sujeitos, utilizando a mesma linguagem, lançam significações

diferentes (SPINK & MEDRADO, 2004, p. 44). E, na maneira que Cícero Bento relatou que seu pai foi o “fundador” do bairro, ele rompeu com os sentidos expressos por Alfredo Schaffler, na entrevista que nos concedeu, já que lançou como fundadores o padre Henrique Gereón e ele próprio.

Em *No Transbordar do Rio*, Ana Paula e Maria Santana relataram a empreitada do então padre Henrique Gereón, para conseguir o dinheiro da compra de um terreno, que pertencia a uma senhora que se chamava “Romana”.

Saiu em busca de doutor Oscar e do vigário da cidade, Padre Joaquim Rufino do Rêgo. Precisa encontrar apoio. Diante do valor pedido, o que consegue é quase insignificante. A prefeitura declara que só pode se comprometer com no máximo NCr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros novos) e a paróquia faz a doação de NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos). Os outros NCr\$ 10.000,00 estava na mão de Deus. Era preciso saber como os receberia. O que fazer para consegui-los? É noite e está em sua cama, seus pensamentos continuam enrolados e as repostas às indagações são tão brancas quantos seus lençóis. Nesse momento se apega ao Pai para não abandonar os seus filhos e para que ilumine os corações daqueles a quem ele acabara de decidir recorrer por ajuda financeira. Deus pai lhe iluminou. Buscaria auxílio junto aos conhecidos na Alemanha (MOURA & SANTANA, 2010, p. 72).

Nas palavras de Cícero Bento, o terreno do Bairro Paroquial foi comprado somente pelo padre Henrique Gereón, no entanto, o trecho acima apresentou que o terreno foi comprado a “dona Romana”, com recursos da Prefeitura Municipal de Picos, da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios e de “conhecidos” do padre Henrique Gereón na Alemanha. Se o terreno estava comprado, as pessoas começaram a chegar àquele espaço, no início da década de 1970. Cícero Bento relatou que seu pai, o “fundador”, chegou por lá no ano de 1971, apresentando sentidos para a maneira como os terrenos foram divididos, com os seus respectivos tamanhos; e a maneira como as casas eram construídas.

Aqui foi adoadado pra cada pessoa que tinha direito um terreno, que era 5 metros de frente e 20 de fundo. Aí o padre Geraldo entregou lá os critérios e isso quem tomava de conta era Zezé de Sinhorzinho Bandeira e padre Alfredo e seu Zé Borges, que era quem fazia os pico dos terrenos, roçava todinho pra fazer os piquetes, e eles vinham e entregavam pras pessoas. A cada um entregava sua partezinha de seus loteamento de chãozinho. Seu pedaço de chão de 5m de frente, por vinte de fundo. E ali ficava organizado ali, a pessoa podia fazer sua casinha do jeito que desse. E do jeito que fosse competido fazer. Era tudo casinha fraca, ninguém tinha condição de fazer prédio... Hoje em dia esturado que nem estaturado aí não. Era tudo casa feita de taipa, coberta de palha. E tinha outras que o dono não tinha condição de cobrir de palha, cobria mesmo com uma parte de palha e outra de frande, outra cobria

de ramo, que nem nossa casinha mesmo era coberta, destacada. Era coberta uma parte de palha uma parte de frande. E outra parte era coberta de garrancho, feito aquelas latadzinhas, em cima da casa. Era assim (SILVA, 2013).

Assim, tomamos contato com os trabalhos que foram realizados pelo então padre Alfredo Schaffler para dividir e marcar os terrenos que tinham “5 metros” de frente e “20 metros” de fundo. As casas, segundo o trecho acima, eram feitas de “taipa e cobertas de palha”, porque “ninguém” tinha condição de fazer a sua casa melhor do que isso. Aos poucos, os terrenos foram doados e o Bairro Paroquial foi crescendo. É preciso destacar que, naquele início da década de 1970, aquela área não fazia parte do perímetro urbano da cidade de Picos. Era uma área vista como afastada do restante da cidade. Mas a sua habitação ganhou pulso ao longo da década de 1970. Com o passar do tempo, a Igreja Católica aproveitou aquele local e começou a realizar os seus trabalhos com a “pobreza”. Em um dos momentos da entrevista que realizamos com Cícero Bento, ele relatou que os padres Alfredo Schaffler e Henrique Gereón desenvolviam atividades incentivando os moradores a participarem da “religião”.

Realizava. Realizava assim, como é que se diz? De compatividade pros meninos de terço, realizava brincadeira assim de dar presente pros meninos, de distribuir presentes e realizava várias coisas que envolvia as crianças, que era pra incentivar as crianças pro lado da religião. Naquele tempo era mais incentivado, porque tinha catecismo todo domingo, todos os sábados e, hoje em dia, se tem os catecismos, se tem os terços, ninguém vai, nem nada. É difícil mesmo até o povo frequentar as igreja aí [...]. Eu gostava de ir porque era bem divertido e padre Alfredo, padre Geraldo, dava presente pros meninos. Distribuía camisa, distribuía chinelo, distribuía escova, pasta e orientava os meninos bem, que era pra ficar frequentando sempre o terço, pra quando chegar o tempo dele fazer primeira comunhão, já tá preparado. (SILVA, 2013).

### **Considerações Finais**

Portanto, a invenção discursiva da “pobreza” na cidade de Picos, pela Igreja Católica, através dos dois padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler, no início da década de 1970, foi uma forma de conseguir um número maior de participantes das atividades que eram realizadas pela igreja, além de disseminar o ideal daquele ofício no período, já que os sentidos que permeavam a Igreja Católica eram inspirados pelo desejo de criação da diocese na cidade. Concomitante a esse pensamento, segundo Cícero Bento, Alfredo Schaffler e Henrique Gereón realizavam “terços” com as crianças, distribuía “presentes”, sempre incentivando as crianças “pro lado da

religião". Assim, se os "pobres" tinham sido inventados discursivamente e, por isso, ameaçavam o "ordenamento econômico e social" da cidade que era o "marco zero" da Rodovia Transamazônica e a sede do 3º BEC, um "reordenamento" era necessário, pois somente com ele, a integração aconteceria.

Representou ainda, o "disciplinamento" da "pobreza" ou, pelo menos, a tentativa. Mas, se os discursos procuraram um espaço para que os "pobres" permanecessem nele, durante a entrevista que Alfredo Schaffler concedeu-nos, a sua fala denotou que alguns "pobres" não ficaram no Bairro Paroquial e que, por isso, voltaram a construir suas casas na Tresidela, mesmo com o perigo de novas enchentes (SCHAFFLER, 2013). Se os *sólidos* carregam consigo a liquidez necessária para se perderem na multidão, ou seja, se eles não possuem espaço fixado ao tempo, a "pobreza" que teve um espaço criado para a sua fixação em determinada parte da cidade, desmanchou-se na multidão, porque *Tudo que é sólido desmancha no ar* (BERMAN, 1986, p. 12).

## Referências

### Fontes

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 184.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 189.

DIOCESE de Picos. **Voz do Campus**. Picos. ano I, nº 7, p. 8, 8 abr. de 1973.

ESTRADAS são vitais e já tem planos prontos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 60, p. 7, 17 jun. de 1970.

JARDIM Natal. **Macambira**. Picos. ano I, nº 9, p. 9, 1 mar. de 1976.

MOURA, Ana Paula Santos. SANTANA, Maria de Sousa. **No Transbordar do Rio**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação) Universidade Estadual do Piauí, 2010, p. 72.

MOURA, Ana Paula Santos. SANTANA, Maria de Sousa. **No Transbordar do Rio**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação) Universidade Estadual do Piauí, 2010, p. 11.

NASCIMENTO, Geraldo P. do. **Voz do Campus**. Picos. ano I, nº 8, p. 7, 28 abr. de 1973.

PLANO Diretor Urbano. **Voz do Campus**. Picos. ano I, nº7, p. 1, 8 abr. de 1973.

PLANO urbanístico fará que Amapá e Roraima cresçam com Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXIII, nº141, p. 3, 27 ago. de 1973.

PLANO urbanístico fará que Amapá e Roraima cresçam com Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXIII, nº141, p. 3, 27 ago. de 1973.

PROJETO de Lei de nº18 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 2. Picos: 1972, p. 2.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 1, 1973.

SCHAFFLER, Alfredo. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

SCHAFFLER, Alfredo. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

SETE cidades. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXIII, nº93, p. 6, 10 jul. de 1973.

SILVA, Cícero Bento da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 26 de julho de 2013.

## **Bibliografia**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, Kllaricy Oliveira de. **Filhos bastardos do progresso. Pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970**. 2011. 102f. Monografia (Curso de Licenciatura) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto: trajetória e representações do Acerbispo do Piauí (1956-1971)**. 211f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

- CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 11- 31, 2005.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24.n 47.p. 29-60, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.
- \_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.
- LIMA, Albert Aurélio. Entre linotypos, clichés e off-sets: uma escrita sobre a modernização da imprensa escrita e a cidade de Teresina nos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VIANA, Débora Silva; \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Teresina em Foco: história, cidade e memória**. – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2012.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Apresentação: um projeto, múltiplos olhares. In: \_\_\_\_\_.; VIANA, Débora Silva; LIMA, Albert Aurélio (Orgs.). **Teresina em foco: história, cidade e memória**. – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2012.
- OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985)**. 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jun. 2007.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SPINK, Mary Jane; MedradoBenedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.